

A PANDEMIA E A ÉTICA: UMA RESENHA DE 'BIOÉTICA, BIODIREITO & BIOPOLÍTICA' NO CONTEXTO DA COVID-19

PANDEMIC AND ETHICS: A REVIEW OF 'BIOETHICS, BIOLAW & BIOPOLITICS' IN THE CONTEXT OF COVID-19

FERNANDO HELLMANN¹
(UFSC/Brasil)

RESUMO

Esta resenha explora o livro "Bioética, Biodireito & Biopolítica", de Darlei Dall'Agnol que se debruça sobre as complexidades éticas e (necro)políticas suscitadas pela pandemia da COVID-19. O autor traz um conjunto de centrados na pandemia e suas implicações para a humanidade. O livro destaca-se por abordar temas como decisões terapêuticas, nacionalismo de vacinas, neuroética e justiça distributiva em tempos de crise global. Através de uma análise de cada um dos dez capítulos, a resenha destaca a abordagem do autor que, pautado pelo cognitivismo prático, enfatiza um cuidado respeitoso e a importância de considerar o impacto das decisões atuais nas gerações futuras. A obra de Dall'Agnol é reconhecida por sua contribuição ao debate bioético atual, ao documentar as falhas e desacertos na resposta à pandemia por parte do Governo Federal brasileiro e dos Conselhos Federal e Regional de Medicina. Seu trabalho fornece insights profundos e valiosos, preparando futuras gerações para lidar com pandemias e crises análogas com maior eficácia e ética.

Palavras-chave: Bioética; Biodireito; Biopolítica; COVID-19; Pandemia; Ética prática; Cognitivismo prático; Justiça distributiva; Neuroética; Vacinas.

ABSTRACT

This review explores the book "Bioethics, Biolaw & Biopolitics," by Darlei Dall'Agnol, which delves into the ethical and (necro)political complexities raised by the COVID-19 pandemic. The author presents a set of reflections centered on the pandemic and its implications for humanity. The book stands out for addressing topics such as therapeutic decisions, vaccine nationalism, neuroethics, and distributive justice in times of global crisis. Through a analysis of each of the ten chapters, the review highlights the author's approach, grounded in practical cognitivism, emphasizing respectful care and the importance of considering the impact of current decisions on future generations. Dall'Agnol's work is recognized for its essential contribution to the current bioethical debate, documenting the failures and missteps in the pandemic response by the Brazilian Federal Government and the Federal and Regional Medical Councils. His work provides profound and valuable insights, preparing future generations to deal with pandemics and similar crises more effectively and ethically.

Keywords: Bioethics; Biolaw; Biopolitics; COVID-19; Pandemic; Practical Ethics; Practical Cognitivism; Distributive Justice; Neuroethics; Vaccines.

Introdução

No livro "Bioética, Biodireito & Biopolítica" (DALL'AGNOL, 2023), o Prof. Dr. Darlei Dall'Agnol, professor de Filosofia, titular da Universidade Federal de Santa Catarina, apresenta uma coletânea de reflexões profundas e críticas sobre os dilemas bioéticos desencadeados pela pandemia da COVID-19. Com uma trajetória acadêmica robusta que abrange graduação, especialização, Mestrado, Doutorado em Filosofia, e estágios de pós-doutorado em metaética e bioética em instituições renomadas mundialmente, Dall'Agnol traz ao debate uma perspectiva enriquecida por sua vasta experiência. Seu trabalho tem sido pautado pelo cognitivismo prático aplicado às questões de ética prática, focando em um cuidado respeitoso, o que se reflete claramente como a ótica central do livro.

Esta obra emerge não apenas como um trabalho acadêmico, mas também como uma resposta pessoal e coletiva às adversidades impostas pela pandemia, marcada por um evento pessoal doloroso para o autor: a perda de seu pai devido à COVID-19. Tal evento adiciona uma camada de profundidade e urgência às reflexões propostas, tornando este trabalho não só um exercício intelectual, mas também um memorial afetivo.

A obra é composta por uma combinação de capítulos inéditos (capítulos 2, 4, 6, 9, e 10) e revisados (capítulos 1, 3, 5, 7, e 8), abordando temas críticos como princípios bioéticos em decisões terapêuticas, nacionalismo de vacinas, neuroética e a COVID-19, e justiça distributiva em pandemias. Cada capítulo deste livro, fundamentado em discussões teóricas e práticas, não se limita a enfrentar os desafios imediatos impostos pela pandemia. Além disso, visa contribuir significativamente para o preparo das futuras gerações no enfrentamento de crises semelhantes. Essa intenção está alinhada ao Artigo 16 da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, que enfatiza a "Proteção das Gerações Futuras" (UNESCO, 2005). Assim, a obra ecoa o mandamento de que as decisões e avanços científicos atuais devem ser pautados por uma responsabilidade ética para com aqueles que herdarão o futuro, destacando essa preocupação como a ótica central do livro "Bioética, Biodireito & Biopolítica".

Reflexões Bioéticas e Decisões Terapêuticas na Era da COVID-19: Uma Análise Ética e Científica

Os dois primeiros capítulos emergem como um farol de orientação em meio à tempestade provocada pela pandemia global. Neste contexto, a obra de Darlei Dall'Agnol, iniciando com "Reflexões Bioéticas sobre a COVID-19", não apenas mergulha nas complexidades éticas desencadeadas pela crise sanitária, mas também explora a intrincada relação entre a bioética, o biodireito e a biopolítica. A análise profunda oferecida pelo primeiro capítulo, acompanhada pela investigação meticulosa do segundo sobre os princípios bioéticos nas decisões terapêuticas, ilumina o caminho para uma compreensão mais abrangente das questões cruciais, como a alocação de recursos escassos e o uso controverso de tratamentos experimentais. Ainda, o autor convida a uma reflexão necessária sobre o papel da ética na medicina e na sociedade durante tempos de crise.

O primeiro capítulo, intitulado "Reflexões Bioéticas sobre a COVID-19", desdobra-se em uma análise profunda sobre como a filosofia, mais precisamente a ética e, por extensão, a bioética, podem ser ferramentas cruciais no enfrentamento da pandemia da COVID-19 e de outros futuros surtos. Dall'Agnol, juntamente com o grupo do Projeto BIOJUSPAN (Bioética, justiça distributiva e pandemias), aborda questões fundamentais que permeiam a crise sanitária, enfocando especialmente na ética da alocação de recursos escassos no sistema de saúde, na problemática do uso de medicamentos *off label* sem evidências científicas robustas, e na incessante busca por tratamentos eficazes contra o vírus.

Este capítulo destaca-se por ir além da mera exposição dos problemas éticos; ele propõe soluções pragmáticas, embasadas em sólidos princípios bioéticos e no rigor científico. A equipe, composta por profissionais de diversas áreas, não se limita a discutir critérios éticos abstratos para a distribuição de recursos em unidades de terapia intensiva (UTIs), mas avança ao sugerir a aplicação de ferramentas avaliativas, como o SOFA (*Sequential Organ Failure Score Assessment*), para priorizar o atendimento aos pacientes com maiores chances de recuperação. Tal abordagem oferece um modelo prático e ético para o dilema da escassez de recursos médicos.

O capítulo também aborda as complexidades e os desafios decorrentes do debate sobre a utilização de fármacos não comprovadamente eficazes contra a COVID-19, como a hidroxicloroquina. A hidroxicloroquina, inicialmente promovida como parte de um protocolo de "tratamento precoce" para a COVID-19, tornou-se um emblema da interseção problemática entre ciência, política e interesses corporativos durante a pandemia (HELLMANN; HOMEDES, 2023). A postura prudente adotada pelo grupo BioJusPAN e defendida no livro, que recomendara cautela e desencorajara, à época, o uso indiscriminado dessas substâncias

até que evidências mais concretas estejam disponíveis. Com o encerramento oficial da pandemia, esta análise feita durante a pandemia revelou-se extremamente pertinente e atua como um lembrete fundamental da importância da ciência e da ética na condução de decisões durante crises de saúde pública.

O capítulo destaca a essencialidade de uma gestão informada por ciência e ética na saúde pública, incitando uma reflexão crítica sobre tratamentos, justiça na distribuição de recursos e impacto social das decisões durante a pandemia. Discute a importância da bioética em políticas públicas, os efeitos do distanciamento social e dilemas éticos em alocar recursos e tratar pacientes. Propõe critérios éticos para leitos de UTI e manejo de medicamentos *off label*, enfatizando equidade, respeito e precaução. Este enfoque sublinha um caminho ético para enfrentar desafios, evidenciando a bioética como guia nas decisões de saúde em crises.

O capítulo 2 é uma análise dos princípios bioéticos e biomédicos que devem nortear as decisões terapêuticas, especialmente diante de tratamentos experimentais como o uso *off label* de medicamentos durante a pandemia de COVID-19. Este capítulo inédito, originado de uma palestra para o CRM-SC, mergulha na polêmica do "tratamento precoce", mostrando a divisão profunda na comunidade médica e a polarização ideológica que contaminou a discussão científica.

Dall'Agnol traz à tona o confronto entre as recomendações do CFM e as posições de associações médicas, como a AMIB e a Sociedade Brasileira de Infectologia, refletindo sobre a politização e partidização do tratamento da COVID-19. A apresentação se propõe a superar essa polarização, adotando uma perspectiva de cuidado respeitoso e centrada na pessoa do paciente, fundamentada em princípios bioéticos clássicos — respeito pela autonomia, não maleficência, beneficência e justiça — e princípios epistêmicos que sustentam decisões terapêuticas racionais.

A análise crítica da utilização de medicamentos como a cloroquina e a hidroxicloroquina, amplamente promovidos pelo governo federal como parte do "Kit COVID", é realizada sob a ótica da ética médica e da Medicina Baseada em Evidências (MBE). Dall'Agnol destaca os riscos de prescrever tratamentos sem eficácia comprovada e potencialmente danosos, criticando o uso de consentimentos informados questionáveis que não satisfazem as condições éticas necessárias para uma decisão médica responsável.

O capítulo é um chamado à responsabilidade científica e ética, ressaltando a importância de uma medicina que se baseia em evidências sólidas e princípios bioéticos robustos. Através de uma discussão detalhada e embasada, revela a urgência de abandonar práticas terapêuticas

inefcazes e antiéticas, promovendo uma reflexão profunda sobre a necessidade de políticas de saúde pública que realmente protejam e respeitem os pacientes.

Os dois primeiros capítulos não apenas destacam a polarização e os dilemas enfrentados pela comunidade médica, mas também propõem caminhos para superar esses desafios com base em princípios éticos sólidos. Ao enfatizar a importância de decisões baseadas em evidências científicas e éticas, reforça-se a necessidade de uma medicina que seja ao mesmo tempo compassiva e racional, servindo como um guia para profissionais da saúde, legisladores e a sociedade em geral na busca por respostas éticas às crises sanitárias.

Ciclos de Vida ou Performance?

O capítulo 3, intitulado "Ciclos de Vida ou Performance?", aborda a complexa questão da alocação de recursos escassos em UTIs durante a pandemia de COVID-19. Através de uma análise comparativa entre diferentes protocolos propostos para a triagem de pacientes em necessidade crítica de cuidados intensivos, este capítulo, publicado em meio à segunda onda da pandemia no Brasil, traz uma reflexão profunda sobre os princípios éticos que devem orientar tais decisões.

Dall'Agnol, junto ao grupo Dilemas COVID-19 Bioética, critica a utilização de critérios baseados em idade ou condição física para a seleção de pacientes, argumentando em favor de uma abordagem que considere a igualdade de todos perante a crise. O capítulo destaca a proposta original do grupo, que se opõe a discriminações etárias ou contra pessoas com deficiências, propondo em vez disso, o uso do *Sequential Organ Failure Assessment* (SOFA) como ferramenta principal de avaliação clínica, com a adição de critérios como ciclos de vida apenas em caso de empate, seguido de sorteio se necessário.

A discussão se aprofunda na comparação entre o primeiro protocolo da Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB I), que incorporava faixas etárias e comorbidades no cálculo de priorização, e o subsequente protocolo AMIB II, que substituiu a idade pela escala de Performance Status do *Eastern Cooperative Oncology Group* (ECOG). Embora esta mudança tenha sido feita para evitar o preconceito contra idosos, Dall'Agnol aponta para o risco de discriminação contra pessoas com deficiências sob o novo critério.

O autor conclui que, apesar das intenções bem fundamentadas por trás de ambos os protocolos da AMIB, a proposta do grupo Dilemas COVID-19 Bioética oferece uma alternativa mais justa e prática, evitando

discriminação e priorizando a salvaguarda da vida com base em critérios clínicos objetivos. Esta abordagem, segundo Dall'Agnol, respeita os princípios de uma Medicina Baseada em Evidências (MBE) e de uma Medicina Centrada na Pessoa (MCP), promovendo um cuidado respeitoso e equitativo.

Este capítulo é um importante contributo para o debate sobre a bioética na alocação de recursos em saúde, especialmente em tempos de crise. A qualidade do mesmo atesta-se com a publicação deste texto no *Journal of Evaluation in Clinical Practice* (DE ARAUJO et al., 2023). Ao promover uma discussão baseada em princípios éticos claros e na melhor evidência disponível, "Ciclos de Vida ou Performance?" ressalta a necessidade de políticas de saúde que sejam transparentes, justas e fundamentadas cientificamente. Esta análise não apenas informa o contexto atual da pandemia de COVID-19, mas também serve como uma referência valiosa para o planejamento e a tomada de decisões em futuras crises sanitárias.

Filosofia e Pandemia

O Capítulo 4 enfoca não apenas os esforços filosóficos no contexto pandêmico, mas também as implicações bioéticas e biopolíticas emergentes dessa crise global.

Na primeira seção, o capítulo recapitula os esforços do grupo "Dilemas COVID-19 Bioética" na proposição de critérios justos para a triagem de pacientes em necessidade de cuidados intensivos, além de outros trabalhos significativos que se opõem ao uso indiscriminado de medicamentos off label e discutem a necessidade de rigor ético e científico nas políticas de saúde pública. A argumentação contra a prescrição precipitada de cloroquina, baseada em princípios bioéticos fundamentais, destaca a responsabilidade ética de adotar práticas médicas apoiadas por evidências científicas sólidas.

A segunda parte do capítulo aborda a relação entre bioética, biodireito e biopolítica, elucidando como a pandemia evidencia o exercício do biopoder e suas consequências nefastas. A análise crítica da postura do governo brasileiro, marcada por uma necropolítica que prioriza interesses econômicos em detrimento da vida humana, ressalta a inversão de valores e a necessidade de uma bioética como forma de resistência.

A crítica aos argumentos do autor reforça a viabilidade das propostas discutidas, apontando para a necessidade urgente de políticas baseadas na ciência e na ética, além de uma reavaliação das práticas de saúde pública no Brasil. A discussão propõe uma reflexão profunda sobre como a filosofia

e a bioética podem contribuir para uma sociedade mais justa e preparada para enfrentar desafios globais de saúde.

Obrigação, Priorização e Distribuic o de Vacinas: Desafios do Nacionalismo de Vacinas e Perspectivas da Bioética Global

A distribuic o global das vacinas COVID-19 expôs uma profunda inequidade, com países ricos priorizando seus cidadãos e restringindo a produção por meio de patentes. Este cenário evidencia uma falha na resposta global   pandemia, onde a mobilização de recursos e o voluntariado para ensaios clínicos não resultaram em acesso justo às vacinas (UGALDE; HELLMANN; HOMEDES, 2022). No contexto da pandemia de COVID-19, as estratégias de saúde pública nacional e internacional enfrentam críticas pela distribuic o desigual de vacinas, o que ressalta a importância de revisar e implementar abordagens mais equitativas para proteger todas as populações globalmente. Neste sentido, os capítulos 5 e 6 deste livro exploram questões éticas cruciais relacionadas à vacinação, destacando os desafios e as possíveis soluções para superar as desigualdades existentes.

O Capítulo 5, "Obrigação, Priorização e Distribuic o de Vacinas", concentra-se na análise das questões éticas que surgem na distribuic o de vacinas contra a COVID-19 no Brasil, enfatizando a necessidade de critérios justos para a priorização e a distribuic o das vacinas de forma a proteger os mais vulneráveis. Por outro lado, o Capítulo 6 discute o fen meno do "nacionalismo de vacinas" e as perspectivas da bioética global, criticando a tendência de países ricos em priorizar seus próprios cidadãos em detrimento das nações menos abastadas. Propõe-se um modelo de cooperação global como o caminho mais  tico e eficaz para enfrentar pandemias futuras, argumentando que somente através de esforç os conjuntos e estratégias compartilhadas podemos assegurar uma proteção adequada e universal contra ameaças globais   saúde.

Iniciando com uma reflexão sobre a obrigatoriedade da vacinação, o capítulo 5 aborda a grande importância das vacinas no combate às pandemias, destacando o desafio do crescente movimento antivacina e o dilema  tico de impor a vacinação para proteger a saúde pública. Utilizando a lógica de John Stuart Mill sobre a liberdade individual limitada pela necessidade de prevenir danos a outros, o texto argumenta a favor da vacinação compulsória sob certas condições críticas, como a disponibilidade de vacinas seguras e eficazes e a presença de uma ameaça grave   saúde pública.

Ao discutir a priorização e distribuição de vacinas, o autor propõe critérios baseados na vulnerabilidade e risco, sugerindo uma ordem de prioridade que começa com participantes de pesquisa que receberam placebo, seguidos por profissionais de saúde e grupos de alto risco. Esta proposta busca equilibrar o princípio da justiça com a necessidade pragmática de proteger as populações mais vulneráveis e garantir o bem-estar coletivo.

O capítulo também critica a falta de um plano de vacinação eficaz e unificado no Brasil, destacando a importância de uma abordagem coordenada e baseada em princípios éticos e científicos sólidos. O autor apela para a utilização dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) como guia para a distribuição de vacinas, enfatizando a universalidade, a integralidade e a igualdade como fundamentos para uma distribuição justa e eficiente.

Por sua vez, o sexto capítulo reflete sobre a necessidade de superar o antropocentrismo na bioética, argumentando pela inclusão de todos os seres vivos na comunidade moral. A discussão evolui para a ideia de uma "República Mundial Subsidiária" (REMUS), inspirada em Kant, como forma de implementar uma distribuição internacional mais justa de vacinas. O capítulo critica as iniciativas atuais de distribuição global, como a COVAX, por serem insuficientes e mantenedoras do status quo, sugerindo que uma governança mundial efetiva poderia evitar desigualdades na distribuição de vacinas e salvar mais vidas. O autor apela para uma ética baseada no cuidado mútuo e no respeito recíproco, fundamentada no cognitivismo prático, para justificar a necessidade de uma nova estrutura de governança que supere o nacionalismo de vacinas e promova a justiça e a eficácia na resposta a crises sanitárias globais.

Os capítulos 5 e 6 destacam abordagens éticas essenciais para a distribuição de vacinas durante pandemias, enfatizando a necessidade de justiça, proteção dos vulneráveis, e ação baseada em evidências científicas. Eles chamam atenção para os desafios práticos de implementação, incluindo a necessidade de vontade política, cooperação entre diferentes esferas governamentais e engajamento público. Ambos os capítulos apontam para a urgência de reformar as estruturas de governança global e políticas de saúde pública, sugerindo a REMUS como uma abordagem promissora, embora ambiciosa, para superar esses desafios. A análise crítica sublinha a relevância destas discussões no atual contexto de pandemia e a importância de transcender divisões políticas para priorizar a saúde coletiva.

Neuroética e COVID-19

O Capítulo 7, mergulha no impacto substancial da pandemia no sistema nervoso central (SNC), explorando os desafios e as consequências neurológicas provocadas pelo SARS-CoV-2. A neuroética, situada na interseção entre as neurociências e a ética, é apresentada como uma ferramenta crítica para entender e orientar respostas a esses desafios. Este capítulo destaca a importância de reconhecer a COVID-19 como uma condição que afeta além do sistema respiratório e enfatiza a necessidade de abordagens multidisciplinares para tratar suas sequelas neurológicas e psicológicas. A análise crítica aponta para a relevância da neuroética em orientar práticas e políticas de saúde pública, sublinhando a necessidade de um compromisso renovado com a ciência e os princípios éticos de cuidado e respeito pela vida humana.

A crítica se aprofunda ao examinar as falhas institucionais e a resposta inadequada do governo brasileiro à pandemia, realçando a urgência de adotar estratégias baseadas em evidências científicas e respeito pela dignidade humana. O capítulo conclama a uma maior integração entre a ciência, a ética e as políticas públicas, visando uma resposta mais eficaz e eticamente responsável à pandemia e suas consequências de longo prazo.

Este capítulo contribui significativamente para o debate sobre a gestão da pandemia, enfatizando o papel central da neuroética no enfrentamento dos desafios neurológicos e éticos. Apesar da análise robusta, a aplicabilidade das propostas neuroéticas depende de mudanças estruturais em como sociedades e governos valorizam e incorporam o conhecimento científico e os princípios éticos em suas respostas às crises sanitárias.

Limites da 'Autonomia do Médico'

O Capítulo 8, adentra uma análise sobre o conceito de autonomia no contexto médico, especialmente sob a luz da pandemia de COVID-19, que expôs as tensões entre a autonomia do médico e a do paciente. Este tema é particularmente importante no Brasil, uma vez que a resistência do Conselho Federal de Medicina (CFM) durante a pandemia de COVID-19 pode ser vista como uma continuação da politização evidenciada no embate contra o Programa Mais Médicos, entre 2013 e 2019 (DIAS; LIMA; LOBO, 2021). Essa sequência de eventos destaca uma postura de negacionismo e resistência por parte da corporação médica, sublinhando desafios estruturais e políticos que comprometem a eficácia do Sistema Único de Saúde (SUS).

No capítulo, argumenta-se que, apesar da legislação brasileira e dos códigos de ética médica assegurarem a autonomia do médico, a prática durante a pandemia revelou frequentes violações deste princípio, particularmente no que tange à prescrição de tratamentos ineficazes, como a hidroxicloroquina, sob o pretexto da "autonomia do médico". Tal postura é criticada por representar um retrocesso ao paternalismo médico e por comprometer tanto a autonomia quanto a confiança dos pacientes na medicina.

O autor questiona a interpretação da autonomia médica como licenciabilidade para prescrever tratamentos não embasados cientificamente, sublinhando a natureza relacional da autonomia, que exige a consideração da vontade e bem-estar do paciente. A crítica se estende ao CFM e a práticas institucionais que, segundo o autor, falharam em proteger a verdadeira autonomia médica e, por extensão, a dos pacientes, ao se alinhar com políticas governamentais questionáveis.

A análise proposta pelo autor é relevante, principalmente ao destacar a importância de uma medicina baseada em evidências e centrada na pessoa para restaurar a confiança na profissão médica. A crítica aponta para uma necessidade urgente de revisão das políticas públicas e práticas médicas, visando evitar a repetição dos erros durante futuras crises sanitárias. A análise do autor sobre a interpretação e aplicação da autonomia médica durante a pandemia de COVID-19 é uma chamada à ação para a medicina, a ética médica e a sociedade em geral, visando uma prática médica mais ética e responsável.

Morte da medicina? Reanime-a!

O nono capítulo do livro aborda críticas e reflexões profundas sobre as falhas estruturais, éticas e epistemológicas na medicina brasileira exacerbadas pela pandemia de COVID-19. Central à discussão é a tragédia resultante das políticas públicas adotadas e a promoção de tratamentos ineficazes por figuras do Governo Federal e do Conselho Federal de Medicina, refletindo uma prática médica desvinculada da Medicina Baseada em Evidências (MBE) e da ética contemporânea. Este é um capítulo que particularmente eu já destaquei no prefácio que fiz ao livro:

Convém lembrar que a política do tratamento precoce deu a falsa sensação de segurança à sociedade brasileira e muitas pessoas se expuseram mais, assumindo maiores riscos, acreditando que havia um tratamento precoce eficaz. Mas se a gestão do CFM desvirtuou a "autonomia médica", o Professor Darlei Dall'Agnol, que é, sem dúvida, o maior expoente brasileiro no que se refere à ética

biomédica e sua teoria principialista, restabeleceu-a no Capítulo 8 deste livro (DALL'AGNOL, 2023 p.12).

A análise crítica o embasamento filosófico do autor de "A Morte da Medicina", apontando para a inadequação de uma metafísica, especificamente a influência do olavismo, na fundamentação da prática médica. Essa crítica se estende à compreensão equivocada do critério de falseabilidade de Popper, evidenciando uma grave distorção na aplicação de princípios científicos básicos.

O texto argumenta que a medicina brasileira sofreu não por falta de uma base metafísica, mas por um descompasso com a MBE, que preconiza a integração da expertise clínica, as melhores evidências científicas e os valores do paciente. Esta é apresentada como essencial para reanimar a medicina brasileira, propondo uma prática médica que respeite a autonomia do paciente e esteja alinhada com os princípios da Medicina Centrada na Pessoa (MCP).

A ética da prática médica é revisitada através da crítica ao tradicionalismo do Juramento Hipocrático e à postura antiabortista do médico Hélio Angotti Neto, que chefiava a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde sob o (des)governo de Bolsonaro, confrontada com o argumento de Giubilini e Minerva sobre o abortamento pós-nascimento em casos específicos. A distinção entre "matar" e "deixar morrer" é explorada, argumentando-se pela autonomia dos pais em decisões sobre o cuidado de bebês com condições graves, como a microcefalia severa causada pelo vírus Zika.

Por fim, o capítulo propõe um resgate da confiança na medicina através da adoção da MBE e da MCP, sugerindo uma ética médica que promova o bem do paciente de maneira holística e respeitosa. A necessidade de formação médica sólida, livre de influências metafísicas e ideológicas, é destacada como crucial para o avanço da medicina no Brasil. Enfatiza-se a urgência de reformas profundas na medicina brasileira, com foco na ciência, na ética e na humanização da prática médica, como meio para superar as falhas expostas pela pandemia de COVID-19 e reestabelecer a confiança no CFM e, conseqüentemente, na profissão.

Bioética, Justiça Distributiva e Pandemias

O décimo e último capítulo do livro detalha o projeto BioJusPan, uma iniciativa ambiciosa que visa explorar as dimensões bioéticas, jurídicas e biopolíticas da gestão de pandemias, com especial atenção à justiça distributiva de recursos escassos em saúde. O projeto, que congrega mais de 50 pesquisadores, se propõe a investigar as políticas públicas adotadas

durante a COVID-19 no Brasil, questionando sua eficácia e justiça, e a propor diretrizes para melhor enfrentamento de futuras pandemias.

A relevância do projeto BioJusPan é destacada pela tragédia das mortes evitáveis durante a pandemia, apontando falhas nas políticas públicas e na distribuição de recursos, especialmente entre as populações mais vulneráveis. A pesquisa, que tem até o final do ano de 2024 para ser concluída, abordará não apenas a gestão de recursos durante a pandemia, mas também a preparação para futuras crises sanitárias em contexto de mudanças climáticas.

O capítulo expõe a metodologia do projeto, que inclui estudo observacional, revisão de escopo e análises conceituais, para investigar a fundo as políticas adotadas e suas consequências. Além disso, destaca-se a importância da transparência e da revisão das políticas públicas, com base em critérios de justiça e eficácia. O capítulo registra a crítica sobre a demora e as dificuldades enfrentadas no processo de aprovação ética para a pesquisa, especialmente pela Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina, destacando a importância de superar obstáculos burocráticos para permitir uma avaliação crítica das ações governamentais durante a pandemia. Esta demora se dá mesmo sendo o Dr. Dall'Agnol, à época, membro do Comitê de Ética em Pesquisa Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina.

Conclusão

O livro "Bioética, Biodireito & Biopolítica" (DALL'AGNOL, 2023), oferece uma profunda e bem embasada reflexão sobre os desafios éticos, legais e políticos enfrentados durante a pandemia de COVID-19, destacando as falhas na gestão dessa crise sanitária global e no Brasil em particular.

A obra explora a resposta brasileira à pandemia, marcada por uma gestão negacionista e populista, que negligenciou a ciência e promoveu tratamentos ineficazes, exacerbando o número de mortes. Essa postura, apoiada pela gestão do Conselho Federal de Medicina, ilustra a politização da saúde e os perigos do negacionismo científico. Dall'Agnol, com sua expertise em ética biomédica, oferece uma análise crítica dessas questões, propondo caminhos para evitar a repetição dos erros cometidos.

Este livro vai além de apontar falhas; ele sugere a necessidade de uma nova moralidade e um "choque de cientificidade" na medicina brasileira, integrando a Medicina Baseada em Evidências com a Medicina Centrada na Pessoa. Suas reflexões são uma espécie de vacina contra a doença do negacionismo científico, instando formuladores de políticas

públicas, profissionais de saúde e pesquisadores a adotarem uma abordagem mais científica e ética.

As principais conclusões da obra enfatizam a importância de confiar mais na ciência e nas instituições públicas, reforçar a democracia, integrar as esferas de governo na gestão da saúde, superar o nacionalismo radical, e adotar uma moral baseada no cuidado mútuo e respeito recíproco.

"Bioética, Biodireito & Biopolítica" é um chamado à ação para garantir que as futuras gerações estejam mais bem preparadas para enfrentar pandemias com sabedoria, justiça, humanidade e cientificidade. Espera-se que esta obra inspire uma reflexão crítica e uma mudança positiva nas políticas de saúde, para que erros passados não se repitam e para que possamos enfrentar coletivamente os desafios futuros de maneira mais ética e eficaz.

Notas

¹ Professor no Departamento de Saúde Pública e no Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade De Feral de Santa Catarina. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4692-0545>.

Referências Bibliográficas

DALL'AGNOL, D. *Bioética, biodireito & biopolítica. Reflexões filosóficas sobre uma pandemia*. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2023.

DE ARAUJO, M. et al. Ethical guidelines for the allocation of scarce intensive care units during the COVID-19 pandemic: Discussing a Brazilian proposal. *Journal of Evaluation in Clinical Practice*, 15 out. 2023.

DIAS, H. S.; LIMA, L. D. DE; LOBO, M. S. DE C. Do 'Mais Médicos' à pandemia de Covid-19: duplo negacionismo na atuação da corporação médica brasileira. *Saúde em Debate*, v. 45, n. spe2, p. 92–106, dez. 2021.

HELLMANN, F.; HOMEDES, N. An unethical trial and the politicization of the COVID-19 pandemic in Brazil: The case of Prevent Senior. *Developing World Bioethics*, v. 23, n. 3, p. 229–241, 28 set. 2023.

UGALDE, A.; HELLMANN, F.; HOMEDES, N. Inequity in access to vaccines: the failure of the global response to the COVID-19 pandemic. *Salud Colectiva*, v. 18, p. e4190, 1 out. 2022.

UNESCO. *Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos*. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000146180>>.

Received/Recebido: 09/02/2024
Approved/Aprovado: 14/02/2024